

Opinião do GLOBO

'Emendas Pix' significam mau uso do dinheiro público

Recursos enviados a prefeituras sem projeto nem critério técnico são deformação do Orçamento

Em democracias, a execução do Orçamento é prerrogativa do Executivo, e há bons motivos para isso. Presidentes e governadores têm visão do todo e, sobretudo, mandato para determinar prioridades levando em conta critérios técnicos transparentes. Desde a redemocratização, o Brasil seguiu essa regra: a maior parte do tempo. Em 2014, o Congresso tinha controle sobre 4,65% dos recursos livres no Orçamento da União. Neste ano serão 20%. Só para comparar: são 2,4% nos Estados Unidos, 0,5% em Portugal e 0,1% na França.

Como revelou reportagem do GLOBO, essa deformação da democracia brasileira à esfera federal, agravada no governo Jair Bolsonaro por meio das célebres emendas do relator, contaminam também a relação entre governadores e assembleias nos estados. As emendas de deputados estaduais somaram R\$ 9,5 bilhões no ano passado, mostra pesquisa realizada pela ONG Transparência Internacional, com apoio da Fundação Konrad Adenauer. O destaque negativo é Minas Gerais, com R\$ 2,4 bilhões em emendas, o dobro de São Paulo, segundo colocado.

Minas também foi o primeiro a reproduzir o modelo perverso conhecido como "emenda Pix": recursos enviados às prefeituras sem necessidade de definir projeto ou critério de acompanhamento. Desde a adoção pelos mineiros em 2019, Alagoas, Rio Grande do Norte, Roraima, Santa Catarina, Sergipe, Amazonas, Mato Grosso, Piauí, São Paulo, Tocantins, Ceará, Goiás, Paraíba, Acre, Maranhão, Pernambuco e Rondônia o reproduziram.

Uma das preocupações apontadas não estuda é o risco de corrupção. Outra é a alocação ineficiente de recursos. Até ser eleito senador por Minas, em 2022, Cleitinho Azevedo (República) era deputado estadual e enviou, numa única emenda, R\$ 4,5 milhões a Divinópolis, cidade governada por seu irmão. "Quando eu era vereador, o que mais se cobrava lá era infraestrutura. Quando virei deputado, falei que faria de tudo para arrumar recursos e pavimentar ruas. Hoje meu irmão é prefeito, mas, se amanhã não for, continuarei mandando", diz. Cleitinho desconsidera que outros municípios mineiros têm deficiências mais graves ou demandas mais urgentes.

As emendas podem fazer sentido po-

lítico, por servirem de trampolim aos deputados. Para a população mais necessitada, são um contrassenso. Cidades sem representante específico ficam desamparadas. Mesmo num cenário hipotético em que toda prefeitura ganhasse verba, não seria aconselhável seguir o modelo. O arranjo que permite a deputados beneficiar suas bases sem estudos ou critérios técnicos é um contrato que garante o mau uso do dinheiro público. É absurdo abrir postos de saúde num município com bom atendimento médico, quando há vários outros sem pronto-socorro. A prevenção de desastres e obras de infraestrutura exigem coordenação estadual ou entre prefeituras. Rios e estradas

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, faz bem em pedir explicações a Executivo e Legislativo sobre as "emendas Pix", ainda mais opacas que as emendas do relator, declaradas inconstitucionais. O envio de dinheiro a prefeituras e estados sem definir finalidade incorre, ao que tudo indica, em ilegalidade. Emendas distribuídas sem critério técnico na esfera estadual são tão prejudiciais quanto as federais. A diferença é só de tamanho.

federais. A diferença é só de tamanho.

A gravidade da situação está levando a que vem de uma coordenação no organizado. Se não for pelo ministério, ou secretaria de implementação do Sistema (Susp), que não saiu do governo Michel Temer era ministro extraordinário.

O ministro da Justiça novamente o tema em que o modelo de segurança alterou diante das novas possibilidades de manter a compatibilidade entre os diferentes níveis de segurança pública é tarefa.

Quando ministro da Segurança, colocou em prática a

O caminho seria como o exemplo do que foi feito no Único de Saúde (SUS), onde os mais poderes para a União foram de caráter compulsório, com o objetivo de fixar diretrizes para todo o país. Os recursos foram para as polícias e fortalecidos os Estados.

No governo de Temer, o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, chegou a falar no Rio de Janeiro, em

ral no Rio de Janeiro, el

Segurança pública no foco

A gravidade da situação da segurança pública no país está levando a que volte a ser discutida a necessidade de uma coordenação nacional do combate ao crime organizado. Se não for possível politicamente recriar um ministério, ou secretaria extraordinária, o avanço seria a implementação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), que não saiu do papel desde 2018. Ele foi criado no governo Michel Temer, quando Raul Jungmann era ministro extraordinário.

O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, colocou novamente o tema em debate ontem, quando ressaltou que o modelo de segurança previsto pela Constituição se alterou diante das novas dinâmicas do crime, e não é mais adequado para a complexidade das demandas das instituições entre os diferentes níveis da Federação. Para a Constituição, a segurança pública é tarefa dos governos estaduais.

Quando ministro da Justiça, Flávio Dino começou a colocar em prática a coordenação nacional, fazendo com que Polícia Federal, Polícia Militar e Polícia Civil trabalhassem em conjunto. Agora, Lewandowski se propõe a aprofundar essa coordenação.

O caminho seria colocar o Sisp na Constituição, a exemplo de que foi feito na Constituinte com o Sistema Único de Saúde (SUS). Seria uma tarefa urgente, porque não há nada na Constituição que dê um fôlego próprio e maior poder para o SUS fazer um planejamento, mas não há decair completamente para os demais órgãos, com o objetivo de ficar diretrizes fundamentais de validade para todo o país. Os recursos seriam destinados a aparelhar as polícias e fortalecer o sistema de inteligência.

Em 1988, o Fimem, órgão da intervenção federal no Rio de Janeiro, foi aprovado e sancionado, mas

*É bom sinal
Lewandowski ter
resgatado a tese
de que a
responsabilidade
pela segurança
pública não pode
ser apenas dos
governos estaduais*

dades de Polícia Pacificadora (UPPs), poderiam ser disseminadas nacionalmente. A criação das UPPs foi uma política pública no governo Sérgio Cabral que, de sucesso, transformou-se em fracasso devido a seu uso político pelo governo do estado. Como vimos agora, a imbricação do crime organizado com autoridades políticas locais é um impedimento para que o êxito seja permanente e eficaz.

Uma ação desse tipo foi feita há anos com sucesso no Espírito Santo, na primeira administração de Paulo Hartung, em 2003. O crime organizado dominava o estado em seus três Poderes. Houve um trabalho rigoroso de combate à criminalidade, e até hoje o espírito da segurança pública mantém-se, seja qual grupo político dirija o estado. Tudo se resume a uma decisão política das lideranças locais, e também da Presidência da República, de não permitir que milicianos e traficantes lutem por um território que não é deles, mas da população brasileira. Por isso, não há nenhum grupo político que tenha se

Por isso é bom sinal, à espera de uma consequência prática, o ministro da Justiça Lewandowski ter resgatado a tese, defendida já neste governo pelo próprio presidente Lula, de que a responsabilidade pela segurança pública não pode ser apenas dos governos estaduais. A volta do debate em torno do fortalecimento do papel do Executivo na segurança pública, por meio do Susp, ao mesmo tempo que dá poderes ao governo central de coordenar as políticas nacionais, evita que tema tão delicado

Até o momento, porém, não há forças ou coalizões políticas com disposição de enfrentar o atual estado de coisas. A grande dificuldade, além da política, é a situação econômica. Enquanto os ministérios da Fazenda e do Planejamento almejam desvincular os gastos com saúde e educação, Lewandowski busca verbas.

e educação, Lewandowski busca verbas.

É retrógrada a oposição ao uso de inteligência artificial nas escolas

Tecnologia trará produtividade aos professores e permitirá aumentar nível de instrução dos alunos

Os responsáveis pela educação em São Paulo apenas seguem o que já fazem as melhores escolas particulares. No Colégio Bandeirantes, escola pioneira na adoção de tecnologias de IA já há 30 anos, os professores de IA já são usados para ajudar a consultar biografias e gerar imagens, como ChatGPT, Perplexity, Dall-E ou Animated Drawings. Obviamente não substituem os professores, e todos os resultados são avaliados sob supervisão humana antes dos alunos

sala de aula. Mesmo entre os alunos o uso da IA é incentivado, com apoio do corpo docente. "Foi organizado um grupo de estudo para todos os professores participarem e compartilhar suas impressões. Acreditamos que o local melhor para nossos alunos experimentarem, e talvez até errarem, é com nossos orientadores", disse ao GLOBO Emerson Bento Pereira, diretor de Tecnologia Educacional do Bandeirantes.

Uma pesquisa da Associação Nova Escola com 20 mil professores revela que quase dois terços já consideram o uso da IA na sala de aula. Fium camp

uso à IA na sala de aula. E um caminho não sem volta. As principais finalidades são, segundo a pesquisa, fazer planos de aulas (47,5%), aprimorar conhecimentos específicos (46,6%), elaborar novas atividades (37,4%), adaptar aulas a necessidades específicas de alunos (25,7%) e planejar avaliações (21,5%). A IA se tornará imprescindível aos professores, não importa se da rede particular ou pública.

Isso não quer dizer que todos os temores sejam infundados. As autoridades

des educacionais ainda não estipularam normas sobre os limites éticos do uso das plataformas de IA, e as escolas têm elaborado seus próprios manuais, com base em tentativa e erro. "O ideal é nunca acreditar 100% na plataforma. O professor precisa estar na ponta para conferir os resultados gerados e passar para o aluno que a IA é apenas uma ferramenta de consulta", afirma Lucas Chao, professor de inteligência artificial do Liceu de Artes e Ofícios. Chao desmente o mito de que o aluno ficará preguiçoso se usar tais plataformas: "Ele ainda precisa aprender para compreender a resposta, não apenas a norma

Na rede paulista, as aulas preparadas com *La* ajudaram a ensinar 3,5 milhões de alunos do 6º ao 9º ano e do ensino médio. No Espírito Santo, uma plataforma é usada para acompanhar a evolução dos alunos em redações. Ser contra a inovação, como certos sindicatos, equivaleria a vetar programas comuns como editores de texto ou softwares de apresentação. Não passa de oportunismo político contra o governo estadual.

mo político contra o governo estadual.

Uma ação desse tipo foi tomada, na primeira audiência pública, em 2003. O crime organizado não é um fenômeno recente. Os Poderes. Houve um trabalho de conscientização, e até hoje o espírito de luta política da decisão política da liderança da República, de não permitir que um território brasileiro, que não pode ser usado para a prática, o ministro da Justiça, o teso, defendida já no dia 1 de maio, de que a

de Lula, de que a re-
pública não pode ser a
volta do debate em torno
do Executivo na segurança
mesmo tempo que dá p
ordenar as políticas na
do seja ligadas direta-
Até o momento, poré
líticas com disposição
sas. A grande dificulda
econômica. Enquanto
Planejamento alemão
e educação. Lewandow

e educação, Lewandowski

no virmos agora, a imbricação do torridas políticas locais é uma missão sempre permanente e eficaz.

Há sete anos com sucesso no Espirito Santo, Paulo Hartung, em 1987, dominava o estado em seus três municípios de combate à criminalidade pública mantêm-se, hoje, o mesmo rigoroso e eficiente trabalho realizado no passado. Tudo se resume a uma simples estratégia: combater as ameaças locais. Tendo sido Presidente da Associação dos Municípios do Espírito Santo, Paulo Hartung afirma que milicianos e traficantes não são deles, mas da população que vive refém de bandidos.

Na expectativa de uma consequência positiva, o governador resgata a responsabilidade pelo próprio governo local, pois a segurança das governos estaduais. A importância do fortalecimento do papel do poder público, por meio do Sispap, sob o comando do governador central de controle, evita que o tema seja delicado.

... não há forças ou coalizões po-
... enfrentar o atual estado de coi-
... e, além da política, é a situação
... os ministérios da Fazenda e do
... desvincular os gastos com saúde
... ki busca verbas.

Ki dusca verbas.

[illegible]